

TRIBUNAL DE C

e-DOC E16B7E3E

Protocolo:

Proc 00600-00004885/2020-08-e

24106050/2020

e-Doc: E48C24E1

10/12/2020 18:08:56

www.tc.df.gov.br/consultas



OFÍCIO 44/2020 INSTITUTO TOCAR
ASSUNTO: RESPOSTA OFICIO N 10517 TCDF 09.12.2020

**ILUSTRE RELATOR CONSELHEIRO JOSE ROBERTO DE PAIVA MARTINS DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

Processo nº 00600-00004885/2020-e

Decisão TCDF nº 4873/2020

Ofício nº 10517/2020

INSTITUTO TOCAR, associação privada, inscrita no CNPJ/MF nº 04.510.481/0001-36, situado na SGAN 914, Modulo – F, 01, Casa 03, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.790-146, neste ato representado pela sua presidente, a Sra. Maria Regina de Almeida, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da CI nº 976.315 – SSP/DF, CPF/MF nº 619.265.821-87, residente e domiciliada nesta Capital Federal, vem à presença de Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 10517/2020 – GP, encaminhado pelo Secretário das Sessões deste Colendo TCDF, o qual fora recebido no dia 01/12/2020, expor e requerer o seguinte.

I – SÍNTESE FÁTICA

No dia 01/12/2020, a Peticionante fora notificada pelo ofício nº 10517/2020, o qual relatava a decisão nº 4873/2020, proferida na Sessão Ordinária nº 5234, realizada em 11/11/2020, nos autos nº 00600-00004885/2020-e, desta Ilustre Relatoria.

Pois bem, o INSTITUTO TOCAR, após tomar conhecimento do teor da referida decisão, verificou que o Ilustre TCDF facultava esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as indagações avultadas na Informação nº 71/2020 – DIASP2 (e-DOC 42254307), a qual apresentava uma série de questionamentos à SEDES, referentes ao Termos de colaboração emergencial (TC) nº 01 e 02/2020. Além disso, a referida Informação, solicitou ao INSTITUTO TOCAR, bem como a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ MÃOS SOLIDÁRIAS SOL NASCENTE, de forma facultativa,

esclarecimentos sobre os valores executados à instalação das estruturas dos referidos termos de colaboração emergencial terem ficado acima do custo estimado.

Além disso, solicitou esclarecimentos sobre o motivo, pelo qual, no TC 01/2020, os valores dispendidos por pessoa atendida ficaram acima do valor referenciado pela SEDES, no Anexo I, da Portaria 290/2017.

É o breve relato.

II – DOS ESCLARECIMENTOS DO INSTITUTO TOCAR

Como bem esclarecido na Informação nº 71/2020 – DIASP2, “a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30/01/2020, Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, tendo em vista o surto global de COVID-19, “doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.” Em 11/03/2020, a doença foi caracterizada como uma pandemia pela OMS, tendo em vista sua disseminação por vários países e regiões do mundo.

Nesse cenário, o Governo do Distrito Federal - GDF declarou, em 28/02/2020, situação de emergência na saúde pública, mediante o Decreto Distrital 40.475/2020, passando a adotar medidas para mitigar e conter a transmissão do coronavírus no DF, tais como fechamento de ramos do comércio, restrição de aglomeração de pessoas, ações promovendo o distanciamento social, o isolamento e a redução da circulação de pessoas, destacando-se o Decreto Distrital 40.583, de 01/04/2020.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, por sua vez, aprovou o estado de calamidade pública mediante o Decreto Legislativo 2.284, de 02/04/2020, para os fins do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 17. No âmbito Federal, considerando a grave situação da saúde pública no Brasil, foi editada a Lei nº 13.979/2020, de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto de COVID-19.

Frente isso, foram celebradas as parcerias, por meio dos TC 01/2020 e TC 02/2020, os quais tem, como objetivo, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, cuja finalidade é a de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento

da emergência de saúde pública, decorrente do novo coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Vale destacar que os termos de colaboração emergenciais foram firmados por meio de dispensa de chamamento público realizado pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, publicado no DODF, em 28/03/2020. O referido Edital comunicava a abertura de Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 30, II, da Lei nº 13.019/2014, referente a seleção de organização da sociedade civil para celebração de termo de colaboração, senão vejamos:

**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL
SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

AVISO DE ABERTURA DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Subsecretaria de Assistência Social – SUBSAS/SEDES comunica a abertura de Dispensa de Chamamento Público, nos termos do art. 30, II, da Lei nº 13.019/2014, referente a seleção de organização da sociedade civil para celebração de termo de colaboração com as seguintes condições:

Objeto: Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, cuja finalidade será promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectada.

Meta de Atendimento: 200 (duzentas) pessoas simultaneamente;

Teto estimado para a realização do objeto: R\$ 2.752.046,13 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil quarenta e seis reais e treze centavos);

Orientações técnicas: Nota Técnica N.º 11/2020 - SEDES/SEADS/SUBSAS, processo 00431-00004214/2020-91, disponível no sítio eletrônico www.sedes.df.gov.br a partir das 14h do dia 28 de março de 2020.

O recebimento das propostas será até as 12h do dia 29 de março de 2020 por meio do endereço eletrônico subsas@sedes.df.gov.br

KARINY GERALDA ALVES VEIGA
Subsecretária de Assistência Social

Assim, após livre e pública concorrência, o plano de trabalho apresentado pelo INSTITUTO TOCAR logrou êxito, ocasionando, portanto, a pactuação do termo de colaboração emergencial nº 01/2020.

In casu, Excelência, não houve qualquer direcionamento ou protimésio ao INSTITUTO TOCAR, o qual seguiu, de forma rígida e indiscutível, todos os procedimentos e requisitos legais e procedimentais para tornar-se apta para firmar o TC 01/2020.

Observa-se, acima, que o teto estimado para a realização do projeto era de R\$ 2.752.046,13 (dois milhões setecentos e cinquenta e dois mil quarenta e seis reais e treze centavos).

Frente isso, o INSTITUTO TOCAR apresentou o seu plano de trabalho, a fim de atender as exigências previstas no edital, inclusive, demonstrando a estrutura física, equipamentos, prestadores de serviço e mão de obra à execução do termo emergencial. Tanto é que, na ocasião da apresentação do primeiro plano de trabalho do INSTITUTO TOCAR, este identificou que, no início de março de 2020, existiam 1851 (mil oitocentos e cinquenta e uma) pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Sendo certa a inexistência de vagas suficientes no serviço de acolhimento, impossibilitando a garantia e proteção destes indivíduos, com a urgência necessária.

Neste contexto, o plano de trabalho inicial do INSTITUTO TOCAR indicava as ações a serem realizadas no âmbito do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergenciais para garantir a proteção social dessa população, durante o período de pandemia do COVID – 19.

Destaca-se, Ilustre Relator, que o projeto desenvolvido pelo INSTITUTO TOCAR é totalmente inovador e necessitou ser adequado com urgência necessária, dado o avanço da pandemia do COVID-19.

Assim, as soluções para atendimento do termo de colaboração emergencial, necessitaram serem adequadas à urgência à proteção das pessoas em situação de rua, que seriam amparadas dentro do TC 01/2020, mas sempre em obediência aos limites legais e exigências descritas na dispensa de chamamento público em comento.

Dessa forma, após os ajustes necessários, bem como a percepção atual do cenário da pandemia causada pelo COVID – 19, o INSTITUTO TOCAR, com total anuência da SEDES, ajustou o plano de trabalho, com a proposta de valor global e tempo de mobilização estrutural, dentro das exigências do interesse público,

resultando, assim, na pactuação Termo de colaboração emergencial nº 01/2020, bem como seus aditivos, sendo estes totalmente exitosos

III – CONCLUSÃO

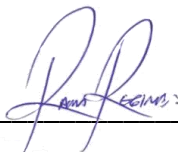
Diante do exposto, rogamos sejam acolhidos os esclarecimentos manifestados pelo INSTITUTO TOCAR, os quais demonstram que este obedeceu, de forma inegociável e irretocável, todas as exigências legais, bem como procedimentais descritas na dispensa de chamamento público realizado pela Subsecretaria de Assistência Social, da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, publicado no DODF, em 28/03/2020, fatos estes que, inclusive, serão corroborados pela SEDES.

No mais, o INSTITUTO TOCAR, por meio de sua representante legal, coloca-se à total disposição deste Colendo TCDF, a fim de esclarecer quaisquer indagações necessárias.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 09 de dezembro de 2020.



MARIA REGINA DE ALMEIDA

PRESIDENTE do Instituto Tocar

PROTOCOLO OFICIO 44.2020 - para protocolo nos autos nº 00600-00004885/2020-08

INSTITUTO TOCAR <institutotocar@gmail.com>

Qui, 10/12/2020 13:52

Para: protocolo <protocolo@tc.df.gov.br> 1 anexos (630 KB)

OFICIO.pdf;

Boa tarde, conforme orientações, encaminho ofício 44 em anexo para protocolo nos autos nº 00600-00004885/2020-08-e.

Aguardo confirmação do recebimento.

Atenciosamente,
Pedro Júnio Barros.

<https://www.institutotocar.org/>

Telefone: +55 (61) 3347-2009

